

Um fundo para o capital estrangeiro

A criação de um fundo de investimento para viabilizar maior abertura ao capital estrangeiro sem o risco de perda do controle acionário das grandes empresas nacionais pode ser a solução para o Brasil atender em parte às pressões nesse sentido de governos e de banqueiros internacionais, afirmou ontem fonte da área financeira.

Segundo a fonte, o interesse dos banqueiros em abrir a economia brasileira tem razões óbvias: se as multinacionais investirem mais, os bancos precisarão desembolsar menos recursos para financiar o balanço de pagamentos do País. Porém, a fonte discordou da colocação do presidente do Banco Econômico e membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), Angelo Calmon de Sá, de que pequenas mudanças na Lei nº 4.131 — que regulamenta o fluxo de capital estrangeiro — seriam suficientes para que mais de US\$ 20 bilhões da dívida

externa fossem convertidos em investimentos diretos.

Essas consultas dos banqueiros sobre conversão de empréstimos em aplicações de risco não passam, para a fonte da área financeira, de mera especulação. Mesmo com facilidades legais, a fonte afirmou que os bancos só aceitaram transformar em capital de risco parcelas de 2 a 5% dos seus créditos, inclusive para sentir a reação dos seus acionistas nos países de origem.

De resto, argumenta a fonte, os banqueiros concentrariam os seus interesses na aquisição de ativos nacionais que não estão à venda, como parte do capital da Petrobrás, da Eletrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce.

Por isso, defendeu estudo do fundo de investimento para que o governo não tenha de enfrentar suspeitas e críticas por mudanças do controle acionário de empresas nacionais.

Embora a proposta envolva mudanças na Lei nº 4.131, a fonte observou que nem ao governo brasileiro nem aos banqueiros interessam os riscos políticos dos investimentos estrangeiros, o que viabiliza a idéia do fundo, até para contornar a legislação bancária no Exterior. Como as aplicações de risco no fundo não teriam prazos de amortização, os bancos ficariam livres da obrigatoriedade do lançamento de créditos em liquidação.

Mas o fundo de investimento ainda não passa de uma tese lançada na área financeira. De qualquer forma, o Brasil pode tirar proveito do novo quadro de pressão também sobre os credores para introduzir propostas novas e pouco ortodoxas na rolagem dos compromissos externos.

Como lembrou a fonte da área financeira, o problema da dívida brasileira exige soluções de longo prazo.